

CORREIO BASTIDORES

POR
FERNANDO MOLICA

Perda de patentes deverá chegar ao STF

Deverá ficar com o Supremo Tribunal Federal a decisão definitiva sobre a retirada de posto e patente dos militares — entre eles, Jair Bolsonaro — condenados por tentativa de Golpe de Estado e de abolição do Estado Democrático de Direito.

Segundo Jorge Cesar de Assis, advogado e, por 16 anos, integrante do Ministério Público Militar, a parte que se sentir prejudicada pela decisão do Superior Tribunal Militar tem o direito de recorrer à instância superior.

Autor de livros sobre Justiça Militar, Assis disse à coluna que, num primeiro momento, a parte que se sentir prejudicada (defesa ou acusação) pode apresentar embargos no próprio STM caso a decisão não seja unânime. E, depois, entrar com Recurso Extraordinário no STF.



Assis: STM não é a última instância no caso

Dignidade

Formado por dez militares — todos, oficiais-generais — e cinco civis, o STM vai decidir se tentar derrubar a democracia é algo digno de ser cometido pelos cinco condenados de integrarem o núcleo crucial do golpe. A análise, depende, porém, de representação do MPM.



STM costuma levar em conta passado dos oficiais

Omissão em código não impede julgamento

Feito durante a ditadura, o Código Penal Militar, como mostrado na sexta pela coluna, não cita os crimes dos condenados entre os capazes de gerar declaração de indignidade ou incompatibilidade. Mas, frisa Assis, a Constituição estipula julgamento em tribunal militar em caso de condenação pela Justiça comum a penas superiores a dois anos. Ele não faz previsões sobre a decisão, mas cita que os crimes dos condenados são “graves e compatíveis” com a declaração de indignidade. Ele não lembra, porém, de o STM ter retirado posto e patente de general. O tribunal, diz, tende a levar em conta os serviços prestados pelo oficial.

Impacto

O ex-integrante do MPM ressalta outro detalhe: a decisão que vier a ser tomada pelo STM vai impactar a avaliação sobre perda de cargo e patente dos seis coronéis e tenente-coronéis, ex-integrantes das Forças Especiais do Exército, condenados pelo STF a até 24 anos.

Prisão comum

Se perderem posto e patente, todos serão expulsos das Forças Armadas. Isto, ressalta o advogado, fará com que os quatro oficiais-generais condenados percam o direito de ficar presos em instalações militares. Terão, portanto, que ir para presídios.

Libertado 1

Na quinta, o Correio Bastidores publicou o caso de Vinicius de Souza Cordeiro, diagnosticado com esquizofrenia e mantido preso preventivamente por quase seis meses por ter tentado furtar blusas em sua barraca de barraca de feira. Na sexta, a prisão foi revogada.

Libertado 2

A juíza Clara Pereira da Silva, da 36a Vara Criminal, reconsiderou decisão anterior e concedeu liberdade a Cordeiro. Impôs obrigatoriedade de retomada de tratamento psiquiátrico, comparecimento mensal à Justiça e proibição de que ele se ausente do Estado.

Rachaduras

A tragédia causada pela mineração subterrânea em Maceió (AL) é o tema de “Cidade rachada” (Máquina de Livros), que a jornalista Cristina Serra lançará dia 3, a partir das 18h, na Janela Livraria do Shopping da Gávea, no Rio. Cerca de 60 mil pessoas perderam suas casas.



Manifestantes bolsonaristas em frente à Polícia Federal

Bolsonaro não consegue capitalizar prisão

Aliados e analistas avaliam situação do ex-presidente

“Que horas que o senhor começou a fazer isso, seu Jair?”, pergunta a diretora penitenciária Rita Gaio, sugerindo trivialidade na entoação. Seu interlocutor, o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), admite ter usado, na tarde anterior, ferro quente para violar a tornozeleira. “Curiosidade”, diz ele no vídeo em que só ouvimos vozes e vemos o objeto avariado. Bolsonaro acabaria preso na sede da Polícia Federal, em Brasília.

Em toda a operação, a única fotografia do ex-presidente reduz sua figura a um vulto.

Fato midiático

Em 2018, quando foi preso, o hoje presidente Lula (PT) criou um fato midiático, saindo da sede do Sindicato dos Metalúrgicos, em São Bernardo do Campo, nos braços dos apoiadores.

Para aliados de ambos os políticos e pesquisadores do tema, Bolsonaro não conseguiu capitalizar politicamente o episódio de sua prisão, deixando um vácuo na direita, que, acuada, agora tenta se reorganizar.

Sem margem

A deputada federal Rosana Valle (PL-SP) pondera que o ex-presidente já cumpria medida cautelar em sua casa no momento em que o ministro Alexandre de Moraes, do STF (Supremo Tribunal Federal), decidiu prendê-lo preventivamente, sob justificativa de risco de fuga.

Nesta semana, o magistrado confirmou que Bolsonaro cumpriria a pena por tentativa de golpe de Estado na sede da PF. Nesse contexto, diz a deputada, não houve margem para a mobilização de apoiadores.

“As pessoas de direita estão se sentindo acuadas, porque a gente acredita que a nossa liberdade está cerceada”, diz Valle.

“Não acredito em enfraquecimento do bolsonarismo, não há abandono de Bolsonaro. O que

Gustavo Zeitel (Folhapress)

existe é cautela, preocupação para não aumentar esse clima de exceção. A direita está se rearticulando.”

A deputada diz ainda que o PL Mulher, presidido pela ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro, pode ser um trunfo no processo de rearticulação. As viagens de Michelle estão mantidas até o fim do ano e, segundo a parlamentar, há o desejo de reforçar o trabalho do grupo com as famílias conservadoras.

Prisão na PF

Em sua decisão pela prisão preventiva, Moraes assinalou que os agentes deveriam respeitar a dignidade de Bolsonaro, cumprindo o mandado no início da manhã, sem algemas e, sobretudo, sem exposição midiática. Ele citaria o precedente de Lula para manter Bolsonaro na PF, e não em um presídio.

Há sete anos, o então juiz Sergio Moro não ignorou a questão midiática. Ele também vetou o uso de algemas durante a ação para prender Lula, determinando o cumprimento da pena numa sala reservada na sede da PF em Curitiba, onde o petista ficaria 580 dias.

Naquela altura, era a Lava Jato, e Lula estava condenado por crimes de corrupção e lavagem de dinheiro no caso do triplex de Guarujá.

O Supremo anularia, em 2021, as condenações, considerando a Justiça do Paraná incompetente para julgar aqueles processos, após a revelação de mensagens que revelavam conversas entre Moro e procuradores da operação.

De toda sorte, as medidas do então juiz, hoje senador pelo União Brasil-PR, para impedir a exploração midiática no momento da prisão de Lula se mostraram ineficazes.

De 5 a 7 de abril de 2018, o petista transformou a sede do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, em São Bernardo do Campo (SP) em um bunker, retardando a ação dos agentes federais.